



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

ATA nº 13/2021

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, com início às quatorze horas, via webconf, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Planejamento – COPLAN, da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela Organizadora Ana Clara Correa Henning, com a presença dos seguintes Conselheiros: Claiton Leoneti Lencina, Organizador; Alencar Ibeiro de Oliveira, Morgana Riva, Daniel Keglís de Sousa representantes da categoria Técnico-Administrativos em Educação; Otávio Martins Peres (suplente) e Silvana Paiva Orlandi, representantes da categoria Docente; Cristiano Silva da Rosa, representante da Zona Capão do Leão; Victor Hugo Santos de Oliveira, representante da Zona Balsa-Porto e Assucena Saldanha Maia Silvano, representantes da categoria Discente. Com a constatação de existência de quórum, a Organizadora Ana Clara iniciou a reunião relatando a pauta. Colocada a pauta em votação, esta foi aprovada e, de pronto, passou ao Item 01 – APROVAÇÃO DA ATA 10/2021. A Ata foi aprovada, com 01 (uma) abstenção. O organizador Claiton solicitou fazer informes, o que foi aprovado. Este falou em relação aos trabalhos das Comissões, as quais já haviam passado do período de organização, tendo sido analisadas as planilhas de respostas da Comunidade. Relatou que houvera reunião pela manhã com três Comissões acadêmicas e no dia seguinte com os representantes de outras Comissões. Foi publicado o relatório de atividades e Planejamento Universitário. Foi redigido documento com série de indicadores, associando-se aos indicadores apontados pelo FORPLAD. Outro documento foi uma proposta de template para as redações, para que todos redijam os relatórios no mesmo formato, um arquivo word a ser distribuído para as Comissões que iriam alimentando o documento. Seria uma maneira de padronizar e facilitar a produção final em um documento único. Falou, ainda nessas reuniões com as comissões, sobre o número de objetivos específicos da proposta de PDI, que era muito grande. Todos haviam entendido a linha de raciocínio, no sentido de que objetivos específicos poderiam ser unidos, alguns poderiam virar ações. Disse que o nosso PDI atual tinha cinquenta e quatro objetivos específicos e até aquele momento existiam cinquenta, somente na Infraestrutura. No total eram mais cem objetivos específicos. Parecia adequado que pudesse haver um teto destes objetivos, para cada um dos temas. A organizadora Ana Clara disse que o grande número destes objetivos era preocupante, sendo muito custoso analisar tudo. O organizador Claiton disse que existiam objetivos que poderiam ser juntados em uma única redação. O conselheiro Otávio disse que aprovava o ponto de pauta e perguntou quanto à forma de decidirem o número de objetivos, mas cabia ao COPLAN fazer esta decisão. Sugeriu que cada GT sintetizasse em dez objetivos. A organizadora Ana Clara sugeriu que criassem um teto. O conselheiro Otávio sugeriu fazerem um comunicado oficial para os GTs terem uma meta para apresentar objetivos específicos. A conselheira Assucena disse que concordava que existia uma discrepância entre o número de objetivos, mas a Universidade tinha setores diferentes e não havia como fazerem propostas equilibradas, pois cada setor era um indivíduo. Não poderiam criar teto. A organizadora Ana Clara concordou. O organizador Claiton disse que concordava com a conselheira Assucena e que o número de objetivos era da natureza de cada tema. Não cabia a eles equalizar. Causava estranheza a diferença entre quatro objetivos apresentado por um GT e cinquenta apresentado por outro. Falou da Infraestrutura, se colocassem os cinquenta objetivos sem olhar as ações e indicadores e metas para cada um, só a Infraestrutura tomaria em tema maior que o último PDI. Outra questão era que não queriam perder nada dos documentos construídos, mas estes poderiam ser unidos. Havia confusão entre o que era ação e o que era objetivo específico. A organizadora Ana Clara lembrou que o nosso atual PDI já era considerado grande, com cinquenta e quatro objetivos. Outros eram mais enxutos. O nosso era considerado acima da média. A conselheira Morgana disse que, na sua análise o problema não era a quantidade, mas questão de concepção e explicar para Comissões o que era meta e o que era objetivo específico. Deveriam criar um documento orientativo. O organizador Claiton lembrou que o importante era não perder o espírito da necessidade. A organizadora Ana Clara lembrou que dentro de quatro anos estas ações deveriam ser executadas. Havia

ficado impactada com o número de ações que a Universidade ainda deveria realizar do PDI antigo (atual). Até o momento estavam com cento e oitenta e duas ações propostas para o novo PDI. O organizador Claiton disse que se a Comissão decidisse que algum objetivo atual devesse seguir, poderia haver uma fusão com as propostas atuais. Para cada uma das ações existem indicadores e metas. Muitos objetivos específicos podem ser transformados em ações. A conselheira Assucena sugeriu que poderiam informar as Comissões que podem transformar objetivos específicos em ações e não colocarem um teto em número de objetivos. Colocada em votação, a sugestão foi aprovada. Item 2 – RELATOS. A conselheira Assucena relatou o trabalho da Comissão Acadêmica. Disse que em 2019 no Orçamento Participativo haviam entregado ao Reitor o trabalho final e houve comentário de seu colega Daniel, dizendo que existiam necessidades de alunos que não eram contemplados pela PRAE. As pessoas precisavam ser alcançadas, pois tinham necessidades específicas. Ficava feliz em saber que muitas ações estavam sendo realizadas. Na análise dos objetivos estratégicos, a organizadora Ana Clara apresentou slides sobre os objetivos propostos para o novo PDI e sua comparação com o atual PDI. 01 - Garantir a transparência na gestão dos recursos assim como a escolha democrática dos dirigentes em todas as instâncias da UFPel. Disse que tentou agrupar as propostas novas com os atuais objetivos do atual. Nesse caso não havia encontrado nenhum objetivo semelhante a este. 02 – Assegurar o acesso à informação e transparência dos processos. Disse que no atual PDI havia encontrado: ampliar a divulgação e comunicação interna e externa, dando transparência a suas ações. Foi sugerido acrescentar um verbo na proposta atual: Assegurar o acesso à informação e ampliar a divulgação dando acesso externo. 16 – Ampliar e qualificar as tecnologias da informação disponíveis na Universidade. Disse que não havia encontrado nenhum que pudesse ser associado a ele. Propostas para o futuro PDI: 03 – Qualificar as condições de trabalho e estudo. 14 – Desenvolver ações continuadas de qualificação dos servidores. 15, do PDI atual – Qualificar as condições de trabalho e estudo. O conselheiro Daniel sugeriu: melhorar as condições de trabalho e estudo, desenvolvendo ações continuadas para qualificação dos servidores. Proposto manter o 03 e indicar o 14 como ação. Foi sugerido que os conselheiros analisassem todo o documento, em forma de word, e fizessem sugestões, para serem discutidas e concluídas na próxima reunião, próxima quinta-feira, dia sete de outubro, às quatorze horas. Sem outros assuntos a serem apresentados, a senhora organizadora agradeceu a presença e deu por encerrada a reunião às quinze horas e trinta e nove minutos e eu, Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi igualmente assinada eletronicamente pela senhora organizadora.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLARA CORREA HENNING, Chefe, Núcleo para o Desenvolvimento Universitário**, em 22/03/2022, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1631350** e o código CRC **5B588E15**.